

BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza
Cleide Ester de Oliveira
Paulo Alves de Oliveira
(Organizadores)



Realização



Apoio



Atena
Editora
Ano 2020

FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza

Cleide Ester de Oliveira

Paulo Alves de Oliveira

(Organizadores)



Realização



Apoio



Atena
Editora
Ano 2020

FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
MATO
GROSSO

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B936	<p>Bullying [recurso eletrônico] : caminhos para o combate / Organizadores Veralúcia Guimarães de Souza, Cleide Ester de Oliveira, Paulo Alves de Oliveira; revisoras Priscila Veloso Ramos, Carolina Guimarães Santos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-059-9 DOI 10.22533/at.ed.599202605</p> <p>1. Assédio nas escolas. 2. Educação de crianças. 3. Violência na escola. I. Souza, Veralúcia Guimarães de. II. Oliveira, Cleide Ester de. III. Oliveira, Paulo Alves de. IV. Ramos, Priscila Veloso. V. Santos, Carolina Guimarães</p> <p style="text-align: right;">CDD 371.58</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

REALIZAÇÃO



APOIO



FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é uma coletânea de artigos que foram elaborados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC-IFMT) sobre a temática *Bullying* e Violação de Direitos Humanos que tem sido objeto da pesquisa do grupo desde 2016.

O projeto foi aprovado no Edital 29/2018 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propes), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com o título "Bullying: caminhos para o combate", do qual foi oriundo os recursos para realização do presente e-book.

Os diversos autores tratam a temática na vertente multidisciplinar, através de um viés de proposta interdisciplinar. A amplitude das temáticas que abrangem a Educação em Direitos Humanos permitem transitar transversalmente em todas as disciplinas, sustentada pela concepção de que a inserção da formação do cidadão em Direitos Humanos pode contribuir para um convívio social menos violento.

Frente a esse desafio que essa coletânea pretende abarcar, apresentamos alguns elementos práticos que podem ser úteis a você que é educador, pai, ou estudante e/ou pessoa que sofre *bullying* ou percebe em seu meio alguém que sofre com este tipo de agressão.

Esta problemática é abordada dentro da temática da violação dos Direitos Humanos, que tem sido muito disseminada e amplamente debatida dentro dos contextos escolares. É inegável que há interesses institucionais em pesquisas, desde instituições públicas, privadas, com objeto nas diversas formas de violência e na violação dos Direitos Humanos de adolescentes, no cotidiano escolar, tendo, como ponto central, as múltiplas formas de violência: física, psicológica e simbólica, as quais estão presentes no contexto escolar e se materializam por meio do fenômeno *bullying*.

Nesta apresentação, queremos trazer alguns conceitos sobre a temática e consideramos importante salientar que, conforme as conceituações, nem toda violência é considerada *bullying*, porém todo *bullying* é uma forma de violência. Apesar de ambos serem um ato de brutalidade, incivilidade e causar dor e sofrimento à vítima, o *bullying* se diferencia por suas características peculiares, por sua repetição, intencionalidade, por não ter motivação aparente e por haver desequilíbrio de poder, pois normalmente a vítima não tem condições para se defender.

As violências são de diferentes formas e com vertentes específicas, que tratamos, como no caso do *bullying*, por ser física, psicológica ou simbólica, porém em apenas alguns casos estão embutindo situações de *bullying* por ter característica sistemática e intencional, as que ocorrem por situações específicas tratamos como

violências.

Podemos entender que a ocorrência do *bullying* se dá de forma direta e indireta; a primeira é quando há imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais; e a indireta consiste em atitudes de indiferença, isolamento e fofocas.

Neste contexto, apontamos que os diálogos sobre a temática Direitos Humanos e *bullying* podem promover a formação de estudantes que não naturalizam ou banalizam atos de violência e desrespeito. Frente a esse desafio que se propõe trazer diálogos e reflexões acerca desta problemática e buscar propostas de enfrentamento.

Para saber um pouco mais sobre o *bullying* e diferenciá-lo de outras formas de violência, você pode se respaldar em documentos e estudos mais aprofundados sobre a legislação: Leis Federais que são referências sobre o assunto, como a Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que estabelece o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o Brasil. Lei Federal nº 13.277, de 29 de abril de 2016, que institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola e a Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, inclui a responsabilidade da escola para promoção de medidas de combate a intimidação sistemática.

Caso você seja um estudante e esteja passando por uma situação de violência, seja ela pela imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais, está sendo vítima de atitudes de indiferença, isolamento e fofocas procure ajuda, não se sinta intimidado. Fale com seus pais, professores, técnicos e diretores da sua escola. Certamente eles vão ajudar a você. E, se você presenciar algum ato violento, ajude a vítima a sair desta situação, não seja um espectador passivo.

Aos pais que perceberam que seus filhos estão sendo vítimas de *bullying*, não hesitem em procurar a escola e junto com a equipe pedagógica e profissionais capacitados encontrar meios de lidar com o problema.

Ao professor(a) e/ou profissional da educação que tiver conhecimento de casos de *bullying*, ou qualquer outro tipo de violência, entre em contato imediatamente com equipe pedagógica e/ou com os profissionais capacitados da equipe multiprofissional da escola. A sua percepção dessas situações é de extrema importância para que se possa tratar de forma adequada esses infortúnios que comprometem o processo de ensino aprendizagem e a qualidade de vida dos estudantes. A comunidade escolar pode se envolver na solução do problema, acompanhando agressor, vítima, demais colegas; aplicando medidas disciplinares, quando for o caso previsto em regimento escolar, ou direcionando a órgãos externos da rede de apoio à criança e ao adolescente, tais como Conselho Tutelar e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - que pode dar encaminhamento a um atendimento psicológico,

quando for necessário.

Um aspecto importante, e inclusive previsto na legislação, é a realização de atividades de prevenção na escola, tais como palestras, eventos, e atividades que favoreçam o protagonismo infantil e juvenil em atividades propostas pelos mesmos que gerem a empatia e a cultura de paz.

Neste e-book relataremos um pouco dos resultados de pesquisa e experiência realizadas, para demais interlocuções, conte conosco.

Agrademos à estudante do ensino médio Millena do Prado Vitoriano de Deus por gentilmente ter cedido a ilustração para capa do presente ebook, ilustração elaborada para a divulgação do VCURTABLV - Festival de Vídeo Curta-Metragem do IFMT campus Cuiabá Bela Vista, cujo tema foi Bullying: caminhos para o combate.

Atenciosamente,
Contato: gphsc.ifmt@gmail.com

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR Antonia Picornell-Lucas	
CAPÍTULO 1	1
PESQUISA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DO IFMT Anna Beatriz Rodrigues de Amorim Carolina de Vasconcelos Lopes Borba Felicíssimo Bolívar da Fonseca DOI 10.22533/at.ed.5992026051	
CAPÍTULO 2	8
APLICABILIDADE DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Raquel Martins Fernandes Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026052	
CAPÍTULO 3	17
AMBIENTE ESCOLAR REGULAR E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DOCUMENTAL Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026053	
CAPÍTULO 4	29
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONVIVÊNCIA GLOBAL E VIOLÊNCIA ESCOLAR Raquel Martins Fernandes Felicíssimo Bolívar da Fonseca Cleide Ester de Oliveira Yuri Ogaya de Assumpção DOI 10.22533/at.ed.5992026054	
CAPÍTULO 5	39
VIOLÊNCIA ESCOLAR, BULLYING E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA Vanessa Costa Gonçalves Silva DOI 10.22533/at.ed.5992026055	
CAPÍTULO 6	54
PRESENÇA FEMININA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Degmar Francisco dos Anjos Niedja de Freitas Pereira DOI 10.22533/at.ed.5992026056	

CAPÍTULO 7	63
COTIDIANO ESCOLAR DO IFMT: ANÁLISE DO DISCURSO DE PROPOSITURAS DE COMBATE AO BULLYING	
Vanessa Costa Gonçalves Silva Jair Aniceto de Souza Cleide Ester de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5992026057	
CAPÍTULO 8	74
INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR DOS POVOS CHIQUITANOS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5992026058	
CAPÍTULO 9	84
<i>BULLYING</i> , IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR	
Jair Aniceto de Souza Vanessa Costa Gonçalves Silva Degmar Francisco dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.5992026059	
CAPÍTULO 10	96
<i>BULLYING</i> ESCOLAR E SUA PERCEPÇÃO PELOS ESTUDANTES: UM ESTUDO EM ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO MATO-GROSSENSES	
Quintiliano Siqueira Schroden Nomelini Natália Sathler de Souza Cunha Rodrigo Ribeiro de Oliveira Carla Cristina Rodrigues Santos	
DOI 10.22533/at.ed.59920260510	
CAPÍTULO 11	111
BULLYING E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE MATO GROSSO: OS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva Carolina Guimarães Santos Carlos Rabelo Machado Raquel Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.59920260511	
CAPÍTULO 12	123
PANORAMA GERAL DA PESQUISA “VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E <i>BULLYING</i> NO CONTEXTO ESCOLAR” DO GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORANEA DO IFMT	
Gilson Pequeno da Silva Isabel Cristina Silva Raquel Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.59920260512	
CAPÍTULO 13	133
ESTUDO SOBRE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E BULLYING NO IFMT	
Isabel Cristina Silva Carolina Guimarães Santos Jair Aniceto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.59920260513	

CAPÍTULO 14 145

CURTABLV: ENSINO, EXTENSÃO E REDES SOCIAIS

Paulo Alves de Oliveira
Veralúcia Guimarães de Souza
Alexandre Magalhães Arruda
Marco Aurélio Bulhões Neiva
Yuri Ogaya de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.59920260514

PREFACIADOR 156

SOBRE OS AUTORES 157

DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Antonia Picornell-Lucas

La Convención de los Derechos del Niño (1989) permitió que en el mundo entero aumentara el respeto por los derechos de los niños, niñas y adolescentes; que se transformaran los valores morales y las prácticas con la infancia y adolescencia. Sus principios rectores: no discriminación, interés superior del niño, derecho a la vida y desarrollo y derecho a la participación fueron asumidas como obligaciones por los Estados.

Entre todos los derechos que señala la Convención se encuentra el derecho a la educación en igualdad de oportunidades, cuyo fin es “preparar al niño para asumir una vida responsable en una sociedad libre, con espíritu de comprensión, paz, tolerancia, igualdad de los sexos y amistad entre todos los pueblos” (art. 29d). Sin embargo, el derecho a la educación no puede entenderse solo como escolarización en el sistema educativo formal sino que también hace referencia a cualquier actividad fuera del aula que ayude a los niños y niñas a desarrollar sus aptitudes y capacidades lo máximo posible.

Ahora bien, escuela y niños, niñas y adolescentes es inseparable. La escuela ocupa un lugar principal en las vidas de los

niños y niñas porque las interacciones que allí se producen les van a permitir delinear sus trayectorias vitales. Aunque, también en ese entorno están expuestos a riesgos como la desigualdad de oportunidades o la violencia entre iguales. Precisamente, la presente obra, que me complace introducir, se detiene en el contexto escolar para dar a conocer un problema mundialmente reconocido: la violencia entre pares (*bullying*) que, según UNICEF (2017), están sufriendo uno de cada tres niños-as en el mundo.

Si bien el acoso escolar no es un fenómeno nuevo en las aulas (Calmaestra y otros, 2016), sus consecuencias físicas y psicológicas pueden llevar incluso al suicidio (Hinduja y Patchin, 2010; Mora-Merchán, 2006). La magnitud del grave daño que puede ocasionar este tipo de maltrato provoca una gran preocupación social, como en el caso del Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT de Mato Grosso.

Una violencia que, cada vez con mayor frecuencia, tiene su continuo fuera de las aulas, con el uso de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación (TICs). El *grooming*, *flaming*, *sexting*, *online harrassment*, *identity theft*, *griefing* y *outing*, entre otros, son considerados tipos de acoso

virtual (*cyberbullying*) en función de la acción (Willard, 2007); y con mayores niveles de síntomas depresivos que la victimización tradicional (Perren *et al*, 2010). Todas estas conductas violentas, intimidatorias y estigmatizantes, son un atentado a la dignidad de los niños y niñas que las sufren; pero, al mismo tiempo, erosionan la convivencia escolar, fragmentando el proceso de formación de los niños y niñas en valores democráticos y ciudadanía, base de toda educación.

La preocupación internacional por reducir cualquier tipo de violencia, en especial aquella ejercida contra los niños y niñas, y su interés por promover sociedades pacíficas queda patente en la Agenda 2030. “Eliminar todas las formas de violencia contra todas las mujeres y las niñas en los ámbitos público y privado” (ODS 5.2) y “Poner fin al maltrato, la explotación, la trata y todas las formas de violencia y tortura contra los niños” (ODS 16.2) son metas sobre las que Naciones Unidas pone un especial énfasis. También la Unión Europea demuestra su preocupación por promocionar la equidad, la cohesión social y la ciudadanía activa, poniendo en marcha un marco estratégico de cooperación europea en educación (“ET2020”). Desde su posicionamiento ante la violencia, recomienda a los Estados que impulsen planes estratégicos de inclusión educativa y formación permanente de todos los actores educativos, manteniendo una estrecha colaboración con la sociedad civil. Sin duda, esta postura está permitiendo que las políticas educativas gubernamentales pongan en marcha protocolos, observatorios de convivencia, planes de promoción de la convivencia en los centros escolares y otras estructuras de actuación para promover un clima escolar de respeto.

Pero mejorar el clima escolar y erradicar cualquier situación de vulnerabilidad infantil, incluido el acoso, supone una gran dificultad para las políticas educativas. Las razones son variadas. Si bien existen razones originarias del propio entorno escolar que pueden explicar el *bullying*, también, como causa externa, la desigualdad social es un referente para este fenómeno. La falta de oportunidades laborales, económicas, culturales, etc. de algunas familias emerge como un riesgo para el incremento del rechazo y el acoso escolar (Picornell-Lucas, Montes y Herrero, 2018). Esta situación se ve legitimada por las creencias y actitudes culturales tradicionales, como por ejemplo el empleo del castigo corporal en la crianza de los hijos e hijas o aquellas otras influidas por la discriminación de género.

En consecuencia, son varias las dimensiones, interrelacionadas, para mejorar la convivencia escolar y erradicar el acoso escolar; que no se traducen solo en generar medidas en el interior de los centros educativos sino también, y sobre todo, abordarlo desde políticas públicas de bienestar social, sin olvidar la participación de los niños y niñas. No podemos ocultar que estas acciones violentas atentan contra el derecho a la educación, que incluye ofrecer a los niños y niñas todas las oportunidades para que construyan su propia identidad social, como ciudadanos, en el entorno que les

toca vivir. Pero a la vez transgreden el resto de sus derechos, con multiplicidad de consecuencias para su presente y futuro, especialmente la relacionada con la construcción de su identidad y la transformación de la sociedad, con un aumento de la intolerancia e insolidaridad y un mayor uso de la violencia para resolver los conflictos (Navarro-Pérez y Pastor, 2017), vislumbrándose una expansión de la incompreensión.

Son muchas las dificultades y retos, y así lo manifiestan las autoras y autores de esta obra, cuya preocupación y compromiso por la convivencia, la cohesión social y una educación desde la perspectiva de la garantía de los derechos les ha llevado a reflexionar sobre el acoso escolar en Brasil, proponiendo medidas inclusivas de prevención e intervención para enfrentarse a esta realidad.

REFERENCIAS

Calmaestra, J., Escorial, A., García, P., Del Moral, C., Perazzo, C. y Ubrich, T. (2016). *Yo a eso no juego: Bullying y ciberbullying en la infancia*. Madrid: Save the Children España.

Hinduja, S. y Patchin, J.W. (2010). Bullying, cyberbullying and suicide. *Archives of Suicide Research*, 14(3), 206–221. <https://doi.org/10.1080/13811118.2010.494133>

Mora-Merchán, J. A. (2006). Coping Strategies: Mediators of Long-Term Effects in Victims of Bullying? *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud/Annuary of Clinical and Health Psychology*, 2, 15-25.

Navarro-Pérez, J. J. y Pastor Seller, E. (2017). Factores dinámicos en el comportamiento de delincuentes juveniles con perfil de ajuste social. Un estudio de reincidencia. *Psychosocial Intervention*, 26 (1), 19-27. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2016.08.001>

Perren, S.; Dooley, J.; Shaw, T. y Cross, D. (2010). Bullying in school and cyberspace: Associations with depressive symptoms in Swiss and Australian adolescents. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 4 (28). <https://doi.org/10.1186/1753-2000-4-28>

Picornell-Lucas, A.; Montes, E. y Herrero, C. (2018). La desigualdad de oportunidades educativas desde la perspectiva de los niños, niñas y adolescentes de Castilla y León. *Prisma Social*, 23, 169-184.

UNICEF (2017). *Una situación habitual. Violencia en las vidas de los niños y los adolescentes*. Nueva York: UNICEF.

Willard, N. (2007). *Cyberbullying and cyberthreats: Responding to the challenge of online social aggression, threats, and distress*. Illinois: Research Press.

ESTUDO SOBRE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E BULLYING NO IFMT

Isabel Cristina Silva
Carolina Guimarães Santos
Jair Aniceto de Souza

RESUMO: Pesquisa em andamento realizada pelo Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), sobre Bullying e violação dos Direitos Humanos. Bullying é uma palavra de origem inglesa usada para definir diversas formas de violência imposta a indivíduos ou grupos de indivíduos: agressões físicas, psicológicas, repressão, exclusão, discriminação, calúnia são tipos de violência geralmente associadas ao Bullying. Quais seriam as estratégias de enfrentamento institucional quando tais atos ocorrem dentro do ambiente educacional? O objetivo deste trabalho é apresentar os primeiros resultados do diagnóstico realizado sobre o tema no campus Pontes e Lacerda do IFMT. Com uma metodologia de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa), utilizou-se como método de coleta de dados um formulário on line, com perguntas fechadas e abertas aos alunos. Foram entrevistados 136 alunos do ensino médio, dos cursos de Informática e Controle Ambiental. Conforme os resultados da pesquisa foi possível perceber a necessidade de enfatizar, por meios de trabalhos no ambiente escolar

e na sociedade como um todo, as questões de inclusão e diversidade seja ela cultural, de gênero, racial, entre outros, afim de que o convívio dos grupos sociais seja feito de forma respeitosa por todos, sem que um indivíduo seja excluído por não ser semelhante aos outros.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying; violência; ensino médio; escola pública.

STUDY ON HUMAN RIGHTS INFRINGEMENT AND BULLYING IN IFMT

ABSTRACT: Ongoing research conducted by the Research Group on Humanities and Contemporary Society (GPHSC) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT), on Bullying and Violation of Human Rights. Bullying is an English word used to define various forms of violence imposed on individuals or groups of individuals: physical, psychological, repression, exclusion, discrimination, slander are types of violence commonly associated with bullying. What would be the strategies of institutional coping when such acts occur within the educational environment? The aim of this paper is to present the first results of the diagnosis made on the theme on the IFMT Pontes and Lacerda campus. With a qualitative methodology (descriptive and interpretive), it was used as a data collection method an online form with

closed and open questions for students. A total of 136 high school students from the Informatics and Environmental Control courses were interviewed. According to the results of the research it was possible to realize the need to emphasize, by means of work in the school environment and in society as a whole, the issues of inclusion and diversity, be it cultural, gender, racial, among others, in order that socializing social groups be respectfully done by everyone, without an individual being excluded for not being similar to others.

KEYWORDS: Bullying; violence; high school; public school.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem passado por um contexto de transformações políticas e sociais profundas, onde se desenvolve a consciência de que o ambiente escolar deve ser um espaço de debates que instiguem o enfrentamento de situações de preconceitos e discriminações das quais são submetidos os grupos minoritários. Temas como *Bullying*, diversidade sexual, inclusão de minorias e cidadania desafiam as instituições a discutir a inserção de novos sujeitos, que reivindicam seu espaço não somente na sociedade, como no currículo escolar.

Apesar destes novos desafios e das discussões sobre esses temas nas instituições de ensino, especialmente relacionados ao *bullying*, que é o objeto deste artigo, devem ser sempre observadas nas entrelinhas dos discursos e a reprodução de práticas preconceituosas, sobretudo partindo da própria família e das instituições escolares, inclusive professores e colegas. Quais seriam as estratégias de enfrentamento institucional quando tais atos ocorrem dentro do ambiente educacional? A escola deve se tornar um local de acolhimento, respeito, diálogo e convívio das diferenças.

A partir destas reflexões surgiram algumas indagações que levaram o GPHSC IFMT a pesquisar temas como a violação dos direitos humanos e bullying. O GPHSC é cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja pesquisa atual “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying* no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”, já aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165) encontra-se em andamento desde agosto de 2016 e encerrará em Agosto de 2018.

É necessário registrar que esta pesquisa está em andamento em vários *campi* do Instituto Federal e também em algumas escolas do Estado de Mato Grosso, sendo realizada através de questionários aplicados aos alunos. O presente artigo tem como recorte, especificamente os alunos do ensino médio do IFMT *Campus* Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste. E utiliza as duas questões abertas do questionário eletrônico que são: “Você já sofreu ou viu alguém sofrer bullying na escola?” e “Você

tem alguma sugestão para acabar com o bullying?”, foram algumas das questões que permearam a pesquisa.

Tendo em vista que grande parte da pesquisa se dará nas dependências deste *campus* torna-se necessário uma contextualização do IFMT, em especial do *Campus* Pontes e Lacerda- Fronteira Oeste e do que a instituição representa para a sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Local de Pesquisa

O IFMT foi criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Atualmente o IFMT conta com 14 campi em funcionamento no estado de Mato Grosso (Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande). Possui ainda cinco campi avançado, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte. Conta aproximadamente 25 mil alunos, nos mais de 100 cursos distribuídos pelos seus diversos campi.

No Município de Pontes e Lacerda, o *campus* foi inaugurado em 2008. Desde então, o número de alunos vem crescendo constantemente, com aproximadamente 974 alunos matriculados, distribuídos nos três períodos, entre cursos técnicos e superiores. No ensino médio estão matriculados 440 alunos, em três cursos técnicos (quais cursos?).

Registra-se também, IFMT *Campus* Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste, que está situado atualmente no município de Pontes e Lacerda, no sudoeste do estado do Mato Grosso, próximo a regiões fronteiriças.

O território foi inicialmente habitado pelos índios Nambikwara que logo após a chegada dos novos colonizadores foram dizimados. A luta pela preservação da cultura indígena na região começou na época da expansão do Estado, quando os fazendeiros ocuparam as áreas habitadas pelos índios. Esta resistência pelas terras estendeu-se até os dias atuais, porém, agora com a intervenção e apoio do Estado os índios possuem uma reserva chamada Sararé, onde as terras são destinadas ao uso dos mesmos.

Ao longo do período de colonização do Estado foram cedidas terras para habitação com baixo custo com intuito de trazer à população para ocupar a região.

Entre essas terras, algumas se encontravam próximo às construções das linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso que deram origem a “Vila dos Pretos” onde mais tarde originou-se Pontes e Lacerda, decretada município pela Lei Estadual no 4.167, de 29 de dezembro de 1979.

Através do incentivo do estado, o fluxo migratório na região foi intensificado entre os anos de 1970 - 1980, principalmente com a descoberta de ouro na região da Serra de Santa Bárbara localizada próxima à cidade de Pontes e Lacerda. Atualmente, as atividades econômicas que mais geram lucro no município segundo o IBGE 2016 são: extrativismo vegetal, pecuária e comércio. Somados a produção de produtos como arroz, feijão, banana e café.

Devido a diversidade cultural oriunda das migrações de diversas regiões do país e da fronteira com a Bolívia, Pontes e Lacerda abriga hoje aproximadamente 41.408 habitantes de diversos grupos sociais com identidades e culturas diferentes. E é neste cenário, em uma região onde afloram com mais intensidade os costumes patriarcais que esta pesquisa se concretizou, questionando alunos nativos e provindos de regiões distintas que convivem juntos no ambiente escolar.

O Bullying no Contexto Escolar

O termo *Bullying* é:

[...] utilizado para classificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, sendo também atos praticados tanto por meninos quanto por meninas. E ainda classificados como: verbal (insultar, ofender, falar mal, colocado apelidos pejorativos, “zoar”); físico e material (bater, empurrar, beliscar, roubar, furtar ou destruir pertences da vítima); psicológica e moral (humilhar, excluir, discriminar, chantagear, intimidar, difamar); sexual (abusar, violentar, assediar, insinuar); e virtual ou Cyberbullying (bullying realizado por meio de ferramentas tecnológicas: celulares, filmadoras, internet e outros) (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 01-02).

As formas de agressão entre os alunos têm ocorrido de diversas formas e em todas as idades, desde a educação infantil até os últimos anos do ensino médio, comprometendo o processo de aprendizagem do indivíduo e a qualidade de vida dos envolvidos. O *bullying* tem se tornado objeto de atenção de diversos pesquisadores nos últimos anos, inclusive por profissionais da saúde que afirmam que para as vítimas de *bullying*, os danos psicológicos podem ser gravíssimos, contribuindo para o desenvolvimento de doenças como ansiedade, dificuldades de relacionamento, problemas psiquiátricos, comportamentos agressivos, entre outros.

Em pesquisa recente, a professora e uma das fundadoras do GPHSC, Raquel Mota (2017, p. 05), explica que o *bullying* tem consequências graves dentro da escola, causando danos irreparáveis nas vidas dos envolvidos. Neste sentido, torna-se relevante o acompanhamento dos alunos pelos pais e profissionais da educação, principalmente com relação a alterações de comportamento, marcas de violência no

corpo e demais situações tidas como incomuns no dia a dia dos estudantes.

Rir de alguém, provocar, agredir fisicamente, usar apelidos pejorativos, manipulação psicológica, exclusão social são alguns dos elementos que configuram a existência do *bullying*. O mesmo pode ser definido de diversas formas, conforme aborda a Lei nº 13.185: *bullying* direto - pode ser caracterizado quando o agressor usa de meios físicos para agredir a vítima tais como socos, puxões de cabelo, cusparadas ou exige o dinheiro ou objetos pessoais da vítima; *bullying* indireto - quando se espalha boatos, provoca o isolamento ou exclusão da vítima; e, por fim, *cyberbullying* - consiste na intimidação ocorrida no espaço virtual através de e-mails, redes sociais, mensagens postadas com o intuito de provocar constrangimento, ou difamar a vítima (BRASIL, 2015). No artigo *Bullying e Identidade* (SOUZA *et al.*, 2017), explicam que a partir de vários referenciais teóricos, tais como: Barth, (2011); Hall, (2011); Oliveira, (2006),

[...] partindo da concepção de que a escola adquire um lugar especial nos processos de socialização e de construção da identidade das crianças e adolescentes na sociedade contemporânea, e concebendo a identidade como socialmente construída por meio de processos situacionais e contrastivos (SOUZA *et al.*, 2017, p. 01).

O aluno que sofre esse tipo de agressão pode ficar totalmente prejudicado nessa construção da identidade e de interação social. Visto que, com a intimidação da vítima, a mesma pode não conseguir mais se socializar nos grupos sociais os quais normalmente se formam por questões de afinidade, aproximação, identidade, fazendo com que o problema agrave ainda mais e vá para além dos muros da escola.

As situações de *bullying* se expandem para além de agressores, vítimas ou testemunhas e incluem toda a comunidade escolar e a família. Esta questão tem tornado-se uma condição negativa sobre as interações sociais e constitui um sério problema de saúde pública não só no ambiente educacional, mas em toda a sociedade e requer cada vez mais pesquisas e intervenções em seu enfrentamento.

Discutir violência no âmbito escolar significa enxergar a escola como um local de diálogo. É necessário observar o contexto das instituições educacionais não só como um espaço de aprendizado teórico, mas um local de interações sociais onde, tanto alunos quanto professores são sujeitos socioculturais, envolvidos em interações cotidianas. Para Mota:

Depois da família, a escola é o mais importante ambiente de socialização, sendo o espaço onde as crianças e os jovens passam boa parte do tempo e a sua função é educar, proteger e aprimorar seus estudantes no que se refere aos valores, o respeito e o exercício da cidadania e do direito de todos. No entanto, esse é um desafio que não tem sido fácil de enfrentar, já que os índices de violência, de norte a sul do país, são cada vez maiores no contexto da escola brasileira (2017, p. 04).

É preciso frisar que o *bullying* em instituições de ensino traz efeitos adversos

para a saúde e o bem-estar de alunos e torna os ambientes educacionais inseguros. Então, quais são as estratégias que as instituições poderiam realizar para minimizar os danos e evitar que o ele aconteça?

O professor e pesquisador português, Rui Canário, que escreve sobre a crise na Educação, afirma que as práticas educativas devem valorizar a função crítica e emancipatória dos indivíduos, que os permitam “compreender o passado, problematizar o futuro e intervir de modo transformador e lúcido no presente” (2006, p. 12).

A principal orientação deste autor é incentivar e exercer o direito à palavra. E, por que tal orientação seria importante no combate ao *bullying*? Porque ela “passa por fazer da escola um lugar onde se ganha o gosto pela política, ou seja, onde se vive a democracia, se aprende a ser intolerante com as injustiças e a exercer o direito à palavra” (CANÁRIO, 2006, p. 21).

Para isso, é primordial que as escolas capacitem seus profissionais para uma educação baseada em direitos humanos, que promovam a inclusão e o respeito à diversidade. E não apenas isso. É preciso incluir pais e comunidade nesta discussão, pois “os grandes problemas que se colocam à escola e aos sistemas escolares não podem ser resolvidos de modo centralizado” (*op. cit.*, p. 97).

METODOLOGIA

Este artigo constitui uma análise de natureza qualitativa – descritiva e interpretativa – utilizando-se como método de coleta de dados o questionário com perguntas fechadas e abertas aos alunos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato grosso – IFMT Campus Pontes e Lacerda/ Fronteira Oeste. As análises desenvolvidas apoiaram-se em dados obtidos mediante a aplicação de um questionário online e com turmas específicas do ensino médio do campus, com estudantes de 14 a 18 anos, sendo estes questionários respondidos de forma completamente anônima. Conforme afirma Phillips (2003, p. 714 *apud* SILVA; COSTA, 2016), esse método é mais eficaz para conseguir do entrevistado informações relativas a comportamento desviante.

Para dar base ao questionário e, conseqüentemente, à pesquisa referente ao tema Violação dos Direitos Humanos e *Bullying*, foram entrevistados 136 alunos do ensino médio, dos cursos de Informática e Controle Ambiental. No total, 144 alunos assinaram a lista e 136 participaram da pesquisa. O campus conta com 440 estudantes matriculados no ensino médio, distribuídos nos cursos técnicos de informática (184), controle ambiental (189) e administração (67). Conforme já abordado anteriormente, foi elaborado pelo grupo de pesquisa um questionário composto de 40 questões, abrangendo contexto histórico-social e *bullying*. Embora as práticas de *bullying* não

estejam restritas ao ambiente escolar, o foco deste artigo é a ocorrência de *bullying* entre os alunos de ensino médio.

RESULTADOS

Os resultados dos questionários mostram que, dentre as diferentes formas de *bullying* foram identificadas as seguintes:

Agressões físicas diretas caracterizadas por arranhões, puxões de cabelo, destruição e apropriação de objetos pessoais e dinheiro da vítima, identificadas nas respostas das questões: **Puxam meu cabelo ou me arranham?** 3,68% dos alunos responderam que este fato ocorreu algumas vezes, outros 1,47% responderam que ocorreu muitas vezes. 94,85% informa que não ocorreu nenhuma vez. **Estragam minhas coisas?** 8,82% dos alunos registraram que este fato aconteceu algumas vezes, 5,88% responderam que aconteceu muitas vezes e 85,29% informaram que não aconteceu nenhuma vez.

Agressões verbais diretas que são constituídas por de insultos, apelidos pejorativos entre outros, exemplificados nas questões **Insultam-me?** e **Colocam-me apelidos vergonhosos?** 40,44% dos alunos disseram que já foram insultados algumas vezes, 8,82% disseram que muitas vezes e 50,73% disseram que não foram insultados nenhuma vez. Quanto a apelidos vergonhosos, 37,50% dos alunos disseram que já colocaram apelidos vergonhosos, 12,50% disseram que muitas vezes e 50,00% disseram que nunca receberam nenhum apelido vergonhoso. Mas, conforme o gráfico abaixo, o quesito que mais teve incidências de respostas positivas foi sobre piadas e insultos sobre a característica física.

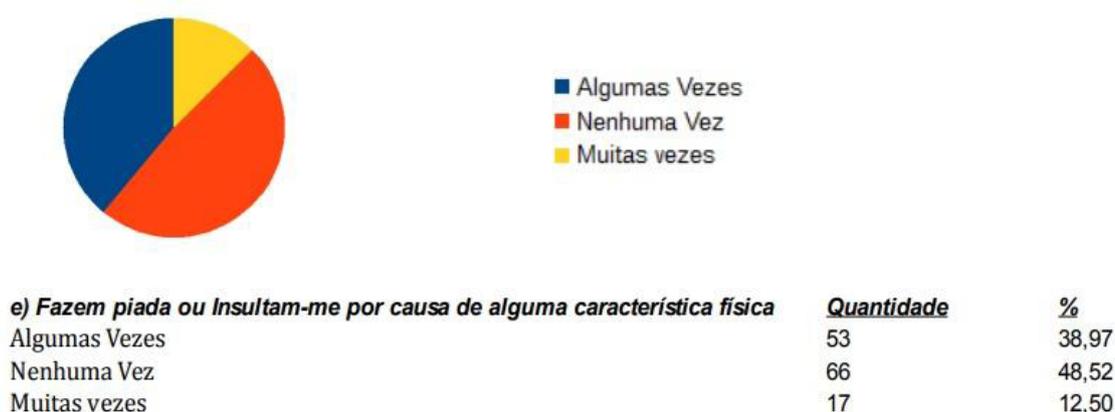


Gráfico 1

Fonte: autor próprio, 2017.

Agressões indiretas, que se dão através de boatos, isolamento e exclusão da vítima, ilustradas na questão: **Ignoram-me completamente, me dão um “gelo?”**

16,17% disseram que algumas vezes, 2,21% disseram que muitas vezes e 81,62% que nenhuma vez. A agressão indireta mais mencionada foi, como podemos ver no gráfico a seguir:



Gráfico 2

Fonte: autor próprio, 2017.

Também foi registrado o *cyberbullying*, que é uma forma de assédio que ocorre através dos meios virtuais como redes sociais, *e-mails*, celulares. Tal registro foi identificado na resposta à pergunta **Fazem agressões virtuais (redes sociais)?** Em que 9,56%, responderam que em algumas vezes, 88,24% responderam que em nenhuma vez e 2,21%, responderam que em muitas vezes.

Práticas homofóbicas e racistas também permeiam as respostas às perguntas **Humilham-me por minha orientação sexual?** A resposta a esta questão ocorreu da seguinte forma: Algumas vezes, 3,68% responderam que sim, 95,59% responderam que nenhuma vez e 0,74% responderam que muitas vezes. **Fazem piada ou insultam-me por minha cor ou minha raça?** 16,91% responderam que algumas vezes, 79,41% responderam que nenhuma vez e 3,68% responderam muitas vezes.

Para Mota (2017, p. 05), os fenômenos como a homofobia e o racismo estão cada vez mais arraigados em nossa sociedade, “embora a Declaração dos Direitos Humanos, publicada há mais de 50 anos, condene todas as formas de discriminação”. A Constituição Federal de 1988, também postula que a República deva “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988), mas nada disso é suficiente para evitar tais comportamentos.

Além das questões relacionadas acima, outras questões ainda complementam a pesquisa. Dentre elas, **Você já teve seus direitos violados na sua escola atual? Quem o maltratou na escola?, Quais foram as justificativas apresentadas para**

maltratar um colega e Quais seriam as sugestões para acabar com o bullying?

Nestas perguntas 19,85% dos estudantes que responderam o questionário disseram que já tiveram seus direitos violados. Destes, quando questionados sobre quem teria violado seus direitos, deram as seguintes respostas:



Marque quem o maltratou	Quantidade	%
Não responderam	106	77,94
Colegas de outras salas	1	0,73
Colegas de sala	12	8,82
Colegas de sala, Colegas de outras salas	3	2,2
Colegas de sala, Colegas de outras salas, Professores, Coordenadores/Diretores, Funcionários	3	2,2
Colegas de sala, Funcionários	1	0,73
Colegas de sala, Professores	2	1,47
Coordenadores/Diretores	3	2,2
Coordenadores/Diretores, Funcionários	1	0,73
Funcionários	1	0,73
Ninguém	1	0,73
Professores	2	1,47

Gráfico 3

Fonte: autor próprio, 2017.

Quando questionados sobre quais foram as justificativas apresentadas para maltratar um colega registraram-se as seguintes respostas: “brincadeiras”, “bobeiras”, “porque me senti provocado”, “porque acho que eles merecem”, “porque quero dominar o grupo”, “por que eles são diferentes”.

O teor destas últimas respostas vai ao encontro do que afirma Chalita (2008, p. 86), que os autores do *bullying*, normalmente “são alunos populares que precisam de plateia para agir. Reconhecidos como valentões, oprimem e ameaçam suas vítimas por motivos banais, apenas para impor autoridade”. Com isso, compreende-se que o autor do *bullying* se sente reconhecido e realizado, sempre mantendo um grupo em torno de si, para se permanecer apoiado e fortalecido, sentindo prazer e satisfação em dominar, controlar e causar danos e sofrimento às vítimas.

Com relação à questão **Quais seriam as sugestões para acabar com o bullying?** muitos alunos ainda se mostram propensos a recorrer a meios violentos e à punição como forma de acabar com o bullying. Frases como “matar todos aqueles que fazem isso”, “Caso continuar, revidar violentamente” e “Punir os responsáveis

pelo bullying” permearam as sugestões dadas pelos alunos como forma de combate ao bullying. De um total de 136, **7 alunos** (5,14%) – todos do sexo masculino, de 15 a 17 anos, e, destes, 3 nunca sofreram bullying – entendem que o bullying deve ser combatido por meios violentos.

O que isso indica, afinal? Quais são as formas de prevenção que os educadores, escolas, pais e professores podem usar? Segundo Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, em algum momento os oprimidos irão lutar contra os opressores. Mas, “esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos” (FREIRE, 2005, p. 33).

Infelizmente, o que geralmente acontece, é que aquele(s) que sofre(m) *bullying* venha(m) a realizá-lo, pois quase sempre “os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores” (FREIRE, 2005, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente inserção do *bullying* no contexto escolar, torna-se crucial que toda a comunidade escolar a sociedade e a família venham a se sensibilizar, diagnosticar e intervir de forma específica sobre as situações de violência relacionadas ao *bullying* no ambiente educacional. A escola deve tornar-se um espaço de diálogo, enfrentamento de situações de preconceitos e discriminações e qualquer tipo de violência, a fim de criar condições saudáveis que possibilitem aos alunos a emancipação e o empoderamento no exercício de seus direitos à educação, cultura e cidadania.

Para alcançar tais objetivos, é necessário observar todo o contexto educacional bem como levar em consideração as sugestões apontadas pelos próprios alunos, neste caso, registradas também nas respostas do questionário aplicado, tais como: Trabalhar a questão do *bullying* desde as séries iniciais; Fazer uso da mídia como uma ferramenta contra o *bullying*; Promover campanhas; Palestras nas escolas; Professores fazerem pautas sobre o assunto em sala de aula; Conscientização dos riscos e no que resulta o *bullying* na vida de cada indivíduo.

Pois, como nos mostra Canário (2006, p. 36), as atividades de aprendizagem devem ser orientadas para resolver problemas, o que é diferente de “reproduzir respostas ensinadas para problemas já conhecidos”. Assim sendo, só a multiplicação das oportunidades de aprendizagem habilitará a escola a responder à diversidade dos seus públicos, “construindo uma oferta educativa que viabilize o respeito e a

promoção da globalidade e da singularidade da pessoa que habita cada aluno” (*op. Cit.*, p. 93).

Por fim, é indispensável a divulgação dos dados coletados aos servidores da instituição onde a pesquisa foi realizada para que os casos de *bullying* sejam identificados e trabalhados com a ajuda de profissionais. A criação de uma comissão local de combate às questões relacionadas ao *bullying* no contexto escolar também poderão contribuir para a diminuição e/ou eliminação dos casos de *bullying*, que tanto tem comprometido o processo de aprendizagem do indivíduo e qualidade de vida das vítimas, uma vez que os protagonistas da história precisam de atenção especial. O agressor por ser um sujeito que talvez tenha algum problema em relações interpessoais e sente necessidade de chamar atenção, se sentir melhor que o outro e a maneira encontrada para isto é a prática do *Bullying*. E o acolhimento a vítima por estar fragilizada diante da situação constrangedora a qual foi colocada no meio em que convive.

Além disso, é importante enfatizar, por meios de trabalhos no ambiente escolar e na sociedade como um todo, as questões de inclusão e diversidade seja ela cultural, de gênero, racial, entre outros, a fim de que o convívio dos grupos sociais seja feito de forma respeitosa por todos, sem que um indivíduo seja excluído por não ser semelhante aos outros. A aplicação destas propostas pode contribuir para um ambiente escolar mais homogêneo, sem a prática ou redução considerável do *bullying*, beneficiando, assim, a convivência de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.185**, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: <goo.gl/FrfzKh>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CANÁRIO, Rui. **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. - Porto Alegre: Artmed, 2006.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia da amizade** – Bullying: O sofrimento das vítimas e dos agressores, São Paulo: Ed. Gente, 2008.

CROCHÍK, J. L.; et al. **Análise de concepções e propostas de gestores escolares sobre o bullying**. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 36, n. 1, p. 115-127, Jan.-June, 2014. Disponível em goo.gl/ZndXW7. Acesso em 10 jul. 2017.

SILVA, Cíntia Santana e; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. **Opressão nas escolas: o bullying entre estudantes do ensino básico**. Cad. Pesqui, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 638-663, set. 2016. Disponível em <goo.gl/Asu2g9>. Acesso em 12 jul. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Dados gerais de pontes e Lacerda. Disponível em: <goo.gl/sb8vvW>. Acesso em 11 jul. 2017.

LEANDRO, Vera Lucia Damacena. **Bullying no ambiente escolar**. 2013. Disponível em <https://pedagogiaaopedaleta.com/bullying-no-ambiente-escolar/>. Acesso em 12 jul. 2017.

LIMA, José Leonildo - **História do Município** – Disponível em <goo.gl/GizYQq>. Acesso em 11 jul. 2017.

MOTA, Raquel Martins Fernandes *et alli*. **Projeto de Pesquisa - Violação dos direitos humanos e bullying no contexto escolar**: Diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos. IFMT: Cuiabá, 2017.

OLIVEIRA, P. A.; SILVA, V. C.G.S.; MOTA, R. M. F.; DUARTE, V. C. O.; ASSUMPÇÃO, Y. O. **Violação dos Direitos humanos e Bullying**: a sociabilidade no cotidiano escolar. In: Reunião anual da SBPC 2017, Belo Horizonte UFMG, 2017.

SOUZA J. A., SILVA V. C. G., OLIVEIRA P. A., MOTA R. M. F., NEIVA B.M. A., SILVA I. C. **Bullying e Identidade**. In: 69º Reunião anual da SBPC 2017, Belo Horizonte/UFMG, 2017.

PREFACIADOR



ANTONIA PICORNELL-LUCAS - Doctora en Filosofía y Ciencias de la Educación y Graduada en Trabajo Social por la Universidad de Salamanca, es Profesora Titular de Universidad de Trabajo Social y Servicios Sociales de la Universidad de Salamanca. Ha impartido docencia en Grado y Posgrado en diferentes universidades españolas y europeas (Alemania, Bélgica, Italia, Noruega, Portugal). Ha sido investigadora visitante en centros de Chile, Ecuador y México y Profesora Visitante Extranjera en la Universidade Federal da Paraíba (Brasil). Ha coordinado proyectos de investigación sobre estudios de infancia, objeto de investigación en las Tesis Doctorales dirigidas. Ha organizado y participado en numerosos congresos nacionales e internacionales y conferencias invitadas (Argentina, Chile, Uruguay, Brasil), así como en la coordinación de obras colectivas y la colaboración en revistas científicas sobre el campo objeto de su estudio. Presidenta del Comité Provincial de UNICEF en Salamanca (2014 - 2019); Fundadora y Presidenta, desde el año 2013, de la Red Iberoamericana para la Docencia e Investigación en Derechos de la Infancia [REDIdi].

SOBRE OS AUTORES



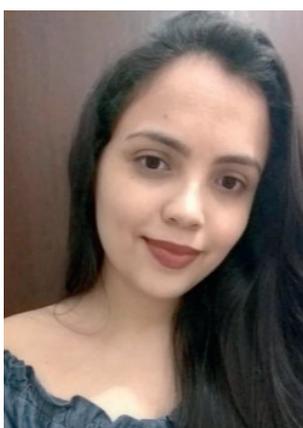
ALEXANDRE MAGALHÃES DE ARRUDA JUNIOR - Técnico em Química, pelo IFMT Campus Bela Vista. Membro do Grupo de Pesquisa em Ciências, História e Sociedade Contemporânea. Bolsista no projeto de pesquisa sobre Fontes Lipídicas e Doenças Cardiovasculares. cursando licenciatura em Química na Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/2205894466666217>



AMANDA SILVA DE LIMA - Graduada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Advogada - OAB/PB. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso. Dedicar-se, principalmente, ao estudo das seguintes temáticas: Relações Sociais, Vulnerabilidades Sociais e Relações de Consumo. <http://lattes.cnpq.br/4086339756582828>



ANNA BEATRIZ RODRIGUES DE AMORIM - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/7075218352860286>



CARLA CRISTINA RODRIGUES SANTOS - Graduada em pedagogia pelas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, possui segunda licenciatura em Letras (UNIP). Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pela Unisserra. Pós-graduanda em Ensino de Ciências da Natureza pelo Instituto Federal de Mato Grosso. Atualmente é professora efetiva da rede estadual de Mato Grosso e da rede municipal de Campo Verde. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5572794992244227>



CAROLINA DE VASCONCELOS LOPES BORBA - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



CAROLINA GUIMARÃES SANTOS - Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cursando Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de extensão pela UFMG atuando na Secretaria do Patrimônio da União (SPUMG). Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA - Doutorado em Psicologia Social, UFPB. Mestrado em Estudos da Linguagem, UFMT. Especialização em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, UFMT - DELE - Diploma Superior de Español como Lengua Extranjera (MEC - España). Graduação em Letras Licenciatura Plena - FAFICLE/SP. Habilitação em Língua Espanhola UFMT. Participa do Núcleo de Pesquisa NUPEDIA-(UFPB). Participa do grupo de pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (IFMT). <http://lattes.cnpq.br/3723791203221068>



DEGMAR FRANCISCA DOS ANJOS - Possui doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso e graduação em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente é Docente Efetivo e Diretor de Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB e docente colaborador no Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/0538812567788479>



FELICÍSSIMO BOLÍVAR DA FONSECA - Doutorado em Psicologia Social (UFPB). Mestrado em Educação (UFMT). Especialização em Metodologia do Ensino Tecnológico (UFMT). Bacharel em Ciências Contábeis (UFMT). Bacharel e Licenciado em Filosofia (UFMT). Professor EBTT do IFMT-Campus Cuiabá-Bela Vista. Vice-Lider do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/5237205467561324>



GABRIEL BELO LYRA E LIMA - Graduando em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e Graduando em Ciência de Dados pela Universidade Cruzeiro do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea (IFMT). Dedicase principalmente ao estudo das seguintes temáticas: Gestão de dados, análise estatística, estruturas de dados e Big Data. <http://lattes.cnpq.br/2500645651074025>



GILSON PEQUENO DA SILVA - Mestrando em Ensino Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Área de Concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes, Linha de Pesquisa: Ensino de Matemática, Ciências Naturais e suas Tecnologias, possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Cuiabá - UNIC (2002), graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2005) e Especialização em Gestão em Educação Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2006). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea GPHSC/IFMT Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/1389757071983268>



ISABEL CRISTINA SILVA - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEn – IFMT/UNIC - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso / Universidade de Cuiabá. Participante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea - GPHSC.



JAIR ANICETO DE SOUZA - Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Curso de Especialização em Educação a Distância pela UNIVERSIDADE PAULISTA. Mestrando do Programa de Mestrado em Ensino do IFMT - Cuiabá. Participa como pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/6024196414327047>



MARCO AURÉLIO BULHÕES NEIVA - Pós doutorando em Direitos Sociais pela Universidade de Salamanca (UNSAL), Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Pós Graduação/Especialização em: Engenharia de Segurança do Trabalho (UFMT), Direito Público (ICE), MBA em Gestão Estratégica (UFMT). Graduado em Direito pela Universidade de Cuiabá (UNIC), graduado em Engenharia Elétrica pela UFMT. Docente de carreira do Instituto Federal de Mato Grosso nas cátedras de Direito Ambiental, Segurança do Trabalho e Eletrotécnica. Docente do curso de Pós Graduação/Especialização em Inovação e Empreendedorismo para Negócios Sustentáveis do IFMT. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Mato Grosso com registro no CNPq. Advogado. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/MT. <http://lattes.cnpq.br/8540831188896258>



NATÁLIA SATHLER DE SOUZA CUNHA - Graduada em Licenciatura Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia, atua como docente nos anos finais do ensino fundamental de matemática no município de Uberlândia. Graduação em Estatística na Universidade Federal de Uberlândia. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4233897648176488>.



NIEDJA DE FREITAS PEREIRA - Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Especialista em Geopolítica e História pelas Faculdades Integradas de Patos. Técnica em Assuntos Educacionais no IFPB. Atualmente cursa Bacharelado em Direito pela UFPB. <http://lattes.cnpq.br/9661261815829585>



PAULO ALVES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (2012). Atualmente é tae-ife - assistente em administração (pcife) do Instituto Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e sociedade, atuando principalmente no seguinte tema: educação, ensino, aprendizagem, vulnerabilidade sociais, direitos humanos e mídias sociais. <http://lattes.cnpq.br/0770327171652503>



PRISCILA VELOSO RAMOS - Bacharel em Química com Atribuições Tecnológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso. cursando Gestão Ambiental IFMT Campus Bela Vista. Pós-graduanda em Ensino de Química e A Moderna Educação. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. Bolsista FAPEMAT edital 45/2019 PROPES/IFMT. <http://lattes.cnpq.br/0129103463814840>



QUINTILIANO SIQUEIRA SCHRODEN NOMEINI - Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (2005), Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (2007), Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Uberlândia (2012) e Pós-Doutorado com concentração em Séries Temporais e Multivariada no programa de Pós-Graduação em Estatística Aplicada e Biometria na Universidade Federal de Alfenas (2015). Professor Associado pela Universidade Federal de Uberlândia - Faculdade de Matemática. <http://lattes.cnpq.br/7777119607530651>



RAQUEL MARTINS FERNANDES - Pós-doutora em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba e líder do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea. Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/5856525232992306>



RODRIGO RIBEIRO DE OLIVEIRA - Possui graduação em Administração pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (2005), mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo (2008), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba (2012) e realizou estágio Pós-Doutoral na Universidade Metodista de São Paulo (2016). Atualmente é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). <http://lattes.cnpq.br/9456573255125999>.



VANESSA COSTA GONÇALVES SILVA - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino com Associação ampla entre a Universidade de Cuiabá (Unic) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso (IFMT). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999). Com especialização em Educação a Distância pelo SENAC - MT. Servidora do Instituto Federal de Mato Grosso - Técnica Administrativa. Professora do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/EAD). <http://lattes.cnpq.br/7046686448958045>



VERALÚCIA GUIMARÃES DE SOUZA - Graduada em Letras Português/Inglês pela UFMT, mestre em Estudos de Linguagem pela UFMT, doutora em Linguística UnB. Atualmente é professora efetiva do IFMT Campus Cuiabá Bela Vista. Pesquisadora no GPHSC. <http://lattes.cnpq.br/8258543105420805>



YURI OGAYA DE ASSUMPÇÃO - Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande e em Educação Artística. Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor titular no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS JUINA e no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS BELA VISTA. <http://lattes.cnpq.br/1297661315810527>

 **Atena**
Editora

2 0 2 0